Letter from Prime Minister to Parliament justifying withdrawing more than the Estimated Sustainable Income from the Petroleum Fund in the 2016 State Budget. (Scanned from Budget Book 1.)

[English follows below]

PRIMEIRO MINISTRO

N. Ref.158/GPM/X/2015
29 de outubro de 2015

Sua Excelência
Presidente do Parlamento Nacional
Senhor Dr. Vicente Guterres
Díli

Assunto: Justificação da transferência superior ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífera

Excelência,

Estabelece a Lei n. 9/2005, de 3 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n. 12/2011, Lei do Fundo Petrolífero, na alínea d) do seu artigo 9, que se apresente uma justificação referindo os motivos que levam a considerar como sendo no interesse de Timor-Leste, a longo prazo, que se efetue transferência, do Fundo Petrolífera, em montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado.

Assim, ao mesmo tempo que submetemos, para consideração e aprovação do Parlamento Nacional, a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2016, vimos por este meio cumprir o requisito exigido pela Lei.

O VI Governo Constitucional tomou posse com o maior sentido de responsabilidade e transparência, de forma a honrar o compromisso que firmou perante o povo timorense e a nação. Comprometemo-nos a trabalhar de forma empenhada e responsável, dando continuidade às políticas definidas pelos Governos anteriores e que, seguindo o Plano Estratégico de Desenvolvimento que define a nossa visão até 2030, pretendem conduzir Timor-Leste a um país de médio-alto rendimento, elevando também as condições de vida da sua população, tomando-a mais próspera, instruída e saudável.

Sabemos que a governação e o rumo do país são da nossa responsabilidade. Por isso estamos empenhados em continuar com os esforços que conduzirão Timor-Leste à sua plena soberania, a um franco desenvolvimento, mantendo o ambiente de paz e segurança numa situação de estabilidade social e política.

Temos consciência de que as decisões que forem tomadas terão um impacto a curto, médio e longo prazo. São decisões que se refletem diretamente no país e no povo agora mas terão também influência no nosso futuro. Reconhecemos, por isso, a importância de tomar decisões ponderadas e pensadas de forma cautelosa.

Também neste sentido o Vl Governo Constitucional apresenta uma estrutura renovada, mais funcional e eficiente, sobretudo em setores-chave como os assuntos sociais, os assuntos económicos e os assuntos da administração do Estado e da justiça, de forma a prestar melhores serviços à população.

Sabemos que foi com este espírito de interesse nacional, pensando nas gerações atuais e futuras, que foi criado o Fundo Petrolífero e a possibilidade de recorrer às suas receitas, que são o resultado da exploração dos nossos recursos naturais. A gestão destas receitas tem de ser feita de forma prudente e transparente, considerando sempre os interesses e necessidades da nossa população. É, por isso, nossa obrigação utilizar estes mesmos recursos de forma responsável, equilibrada e clara, dando continuidade

ao processo de construção da nação e impulsionando o crescimento sustentável e o desenvolvimento do país.

Temos bem presente as aspirações que o povo timorense tem para o nosso país, e que assentam em quatro setores fundamentais para o desenvolvimento nacional: social, infraestruturas, económico e o setor da boa governação. Estes são setores que enfrentam ainda grandes desafios mas para os quais estamos preparados para implementar políticas concretas que conduzam ao seu desenvolvimento sustentável.

A preparação do Orçamento Geral do Estado para 2016 foi um exercício feito com muito rigor. Avaliámos, com o máximo pormenor, os programas e as atividades e os respetivos orçamentos propostos por cada órgão e instituição, de forma a reduzir desperdícios e aumentar a eficácia e eficiência daquilo que é prioritário.

Tivemos, naturalmente, em consideração a conjuntura mundial, com o preço do barril de petróleo a baixar, o que afeta as economias do mundo inteiro, não sendo a nossa nem as nossas receitas exceção. Ao mesmo tempo, devemos continuar a apostar na diversificação da economia, através de um investimento inteligente e ponderado em áreas que consideramos uma mais-valia para Timor-Leste.

Por isso, a proposta de Orçamento Geral do Estado para 2016 tem necessidade de recorrer ao levantamento acima do Rendimento Sustentável Estimado, de forma a darmos continuidade à estratégia de desenvolvimento e ao investimento em infraestruturas que proporcionem o crescimento económico do país e a melhoria das condições de vida da população.

Excelência,

O Fundo das Infraestruturas foi criado para implementar projetos plurianuais e que tem vindo a ser desenvolvidos para dar resposta às necessidades do país criando, em todos os municipios, condiçoes para potenciar a diversificação económica.

Sabemos também que não há desenvolvimento nacional sem que se criem acessos rodoviarios, por isso continuamos com o programa de alargamento e recuperação da rede de estradas. Uma rede rodoviária abrangente e de qualidade que assegura a equidade no desenvolvimento nacional e facilite o transporte de mercadorias, permitindo uma melhor prestação de serviços públicos e promovendo a agricultura e o crescimento do setor privado.

Pensar no desenvolvimento do país é também pensar em projetos como o do Tasi Mane, que vai ser o embrião da indústria petrolífera de Timor-Leste e que assegura as infraestruturas necessárias para apoiar esta crescente indústria nacional.

Projetos como a construção e melhoria de aeroportos, em todo o território nacional, são pensados para satisfazer a futura procura de tráfego aéreo, apoiar operações aeroportuárias e responder ao desenvolvimento da indústria do turismo. O desenvolvimento do Programa de Portos, nomeadamente do porto de Tibar, a reabilitação do porto de Díli e dos portos regionais, é também essencial para permitir a importação e exportação de bens e equipamentos fundamentais à construção de grandes infraestruturas e ao fortalecimento da nossa economia.

A merecer, também, o nosso foco de investimento continua a ser o Programa de Água e Saneamento, onde se inclui o plano de drenagem para Díli, cujo beneficio é transversal às áreas da saúde, educação, ambiente e redução da pobreza e imprescindível para reduzir o número de doenças, aumentando a qualidade de vida.

Letter from Prime Minister to Parliament justifying withdrawing more than the Estimated Sustainable Income from the Petroleum Fund in the 2016 State Budget. (Scanned from Budget Book 1.)

O Estado tem também a obrigatoriedade de prover o país com bens e serviços que não só sustentem o nosso desenvolvimento, como o façam de forma abrangente.

Importa referir que grandes investimentos, como o que foi feito na eletrificação nacional, foram impulsionadores de desenvolvimento, da melhoria das condições de vida e do crescimento económico. O nosso contínuo investimento neste setor, tem permitido a Timor-Leste fazer grandes progressos na geração e distribuição de energia elétrica. Em 2007, apenas 22% das famílias tinham acesso a eletricidade, em 2014 o número de agregados familiares com acesso a eletricidade aumentou para cerca de 71%. Além disto, a capacidade de gerar energia aumentou mais de 130% considerando os 110 megawatts, em 2010, para os atuais 256 megawatts.

Neste sentido, o combustivel e a manutenção dos geradores de eletricidade é crucial para continuar o fornecimento de energia para todo o país e é a pedra angular dos esforços do Governo no que concerne ao desenvolvimento económico, beneficiando os cidadãos mas também potenciando o desenvolvimento de empresas e indústrias.

O Estado assume também o compromisso de, em conjunto com os parceiros de desenvolvimento, levar a cabo projetos que impulsionam o crescimento económico e reduzam a pobreza, pelo que é essencial a contribuição destes pressupostos.

O nosso desenvolvimento inclusive não pode descurar o investimento crucial no programa da merenda escolar das escolas públicas. Proporcionar às crianças e jovens estudantes uma alimentação adequada e equilibrada vai refletir-se na melhoria dos resultados obtidos e, sobretudo, na sua saúde. Assim, continuaremos a apoiar os produtos locais e a produção de arroz nacional mas também a importação de arroz, contribuindo para a segurança alimentar da população.

Outra das nossas preocupações é a necessidade de garantir medicamentos e alimentação adequados aos nossos pacientes. Estes são essenciais para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados no pais.

O contínuo apoio ao setor social é condição sine qua non para fortalecer o povo e, consequentemente, fortalecer a nação. Por isso, é necessário dar continuidade aos programas que representem uma melhoria significativa nas condições de vida da população, pelo que as transferências públicas assumem aqui um papel central.

O desenvolvimento da Região Administrativa Especial do Oe-Cusse Ambeno e a criação da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro são exemplos de projetos de desenvolvimento integrado onde é crucial apostar. A construção de infraestruturas básicas, portos, estradas e a continuação da construção do aeroporto são projetos que não só beneficiam a população como desenvolvem o potencial económico da região.

Por outro lado, é importante continuar a contribuir significativamente para o desenvolvimento rural, através do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, que tem e continuará a ter um impacto inegável para a população.

Também os programas sociais que apoiamos, contribuem para a redução da pobreza e para a justiça social, onde se incluem os compromissos que assumimos com os nossos veteranos e com o tratamento das suas doenças, com os idosos, as pensões para os inválidos, o apoio através da Bolsa da Mãe e também às vítimas de desastres naturais.

Ainda na senda de uma melhor prestação de serviços à população, salienta-se o apoio nos necessários tratamentos no exterior mas também, e sobretudo, no desenvolvimento das condições das

infraestruturas de saúde locais, como o novo centro cardiovascular, no fortalecimento dos serviços de laboratório, em subsídios para clínicas privadas, no apoio a atividades de saúde pública, nos serviços de saúde comunitários integrados com a SISKA e no recentemente introduzido programa Saúde na Família.

Estamos conscientes da necessidade de crescimento e desenvolvimento do país e dos timorenses e sabemos que, para atrair investidores e investimentos e o investimento das receitas dos nossos recursos naturais, na certeza de que não há melhor aposta que no capital humano.

Desenvolver os recursos humanos não só é um investimento de retorno incalculável para o crescimento do país como nos torna mais competitivos. O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano tem-se constituído um enorme apoio à formação de muitos timorenses que são já hoje parte ativa nas mais variadas áreas, constituindo um importante pilar do nosso desenvolvimento.

Estamos, também, a iniciar a implementação de reformas estratégicas para continuar a avançar para o próximo estádio de desenvolvimento. Assim, a Reforma e o Fomento Económico para o período de 2016-2017, que abrange 5 pilares - os setores do petróleo e do gás, a agricultura, as pescas, o turismo e a indústria manufatureira -, vai contar com 6 reformas específicas, nomeadamente: a regulação de terras e propriedades, o desenvolvimento de infraestruturas económicas, a regulação laboral e o desenvolvimento da força de trabalho, o ambiente de negócios, a reforma fiscal, o regime de investimento privado, a reforma e o desenvolvimento do setor privado.

Estas reformas dinamizarão a implementação de medidas económicas estruturantes sob cada uma das áreas prioritárias identificadas no Programa do Vl Governo e no Plano Estratégico de Desenvolvimento, e contribuirão para inverter o atual paradigma de financiamento público da economia para um modelo de financiamento privado, como alavanca essencial do desenvolvimento económico de Timor-Leste até 2030.

Mais especificamente, a Reforma Fiscal - que abrange as políticas da receita e da despesa, os sistemas de gestão financeira pública, a administração fiscal e aduaneira, a monitorização por resultados com especial enfoque na prestação de serviços e os recursos humanos -, vai-nos permitir aumentar as receitas do Estado. Estas reformas vão ter repercussões que beneficiam inquestionavelmente o futuro de Timor-Leste.

Excelência,

Por outro lado, temos também de acompanhar e saber aproveitar a globalização e o facto de sermos hoje, com muito orgulho, um país reconhecido como um caso de sucesso em vários fora internacionais. Para isso tem contribuído, entre outros, o nosso empenho na tentativa de atingir metas tão dificeis como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e o nosso compromisso, mais recente, na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Temos ajudado os países frágeis do g7+ na construção do Estado e da paz, apoiamos com êxito a Guiné-Bissau no seu processo eleitoral, e contamos apoiar São Tomé e Principe, contribuindo também para a estabilidade política deste outro país irmão. Queremos, também, continuar o legado da Presidência da CPLP com a mesma dinâmica e sucesso que temos conseguido até aqui.

Toda esta política de continuidade de investimento, refletida no Orçamento Geral do Estado para 2016 e que submetemos para aprovação do Parlamento Nacional, vai permitir que Timor-Leste alcance outro nível de desenvolvimento, não só ao nível de infraestruturas como de indicadores sociais, o que nos vai conduzir a um pais de médio-alto rendimento.

Letter from Prime Minister to Parliament justifying withdrawing more than the Estimated Sustainable Income from the Petroleum Fund in the 2016 State Budget. (Scanned from Budget Book 1.)

Para terminar, junto o "Relatório com a estimativa do montante em que ficará o Rendimento Sustentável Estimado dos exercicios orçamentais subsequentes, por força de transferência a partir do Fundo Petrolífero de montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado", cumprindo assim o requisito legal, da alinea b) artigo 9. da Lei do Fundo Petrolífero, bem como o "Relatório do Auditor Independente que certifique as estimativas de redução do rendimento sustentável estimado", conforme o prescrito na alínea c) do mesmo artigo.

Aceite, Excelência, o testemunho da minha mais alta consideração.

/s/

Dr. Rui Maria de Araújo
Primeiro-Ministro

Letter from Prime Minister to Parliament justifying withdrawing more than the Estimated Sustainable Income from the Petroleum Fund in the 2016 State Budget. Unofficial rough translation by La'o Hamutuk

PRIME MINISTER

N. Ref.158 / GPM / X / 2015
October 29, 2015

His Excellency
Speaker of Parliament
Mr. Dr. Vicente Guterres
Dili

Subject: Justification of transfer above the Estimated Sustainable Income of the Petroleum Fund

Excellency,

According to Law n. 9/2005 of 3 August, in the wording given it by Law. 12/2011, the Petroleum Fund Law, in Article 9(d), which requires a justification stating the reasons that lead one to consider as being in Timor-Leste's long term interest, to make a transfer, from the Petroleum Fund, in an amount exceeding the Estimated Sustainable Income.

So while we submit for consideration and approval of the National Parliament, the Draft State Budget Law for 2016, we hereby comply with the requirement required by law.

The VI Constitutional Government took office with the highest sense of responsibility and transparency, in order to honor the commitment that it signed to the Timorese people and the nation. We commit to work in a committed and responsible manner, while continuing policies defined by previous governments and that, following the Strategic Development Plan that defines our vision for 2030, aim to lead Timor-Leste to a medium-high income country, also raising the living conditions of its population, taking the most prosperous, educated and healthy.

We know that the government and the country's direction are our responsibility. So we are committed to continue efforts to lead Timor-Leste to full sovereignty, a rapidly developing, maintaining the environment of peace and security in a situation of social and political stability.

We are aware that the decisions made will have a short, medium and long-term impact. These are decisions that are reflected directly in the country and but now people also have influence on our future. We recognize, therefore, the importance of making informed decisions and thinking cautiously.

Here too the VI Constitutional Government has presented a renewed structure, more functional and efficient, especially in key sectors such as social affairs, economic affairs and the affairs of the state administration and justice, in order to provide better services to the population.

We know it was in this spirit of national interest, thinking about present and future generations, which created the Petroleum Fund and the possibility to use its revenues, which are the result of the exploitation of our natural resources. The management of these revenues must be done in a prudent and transparent manner, always considering the interests and needs of our population. It is therefore our obligation to use these same resources in a responsible, balanced and clear, continuing the nation-building process and boosting sustainable growth and development.

We have well in mind the aspirations that the Timorese people have for our country, and based on the four key sectors for national development: social, infrastructure, economic and good governance sector. These are sectors still face major challenges but for which we are prepared to implement concrete policies that lead to sustainable development.

Letter from Prime Minister to Parliament justifying withdrawing more than the Estimated Sustainable Income from the Petroleum Fund in the 2016 State Budget. Unofficial rough translation by La'o Hamutuk

The preparation of the State Budget for 2016 was an exercise done with great rigor. We evaluated with maximum detail the programs and activities and their budgets proposed by each agency and institution, in order to reduce waste and increase the effectiveness and efficiency of what is a priority.

We had, of course, to consider the global environment, with the falling price of oil, which affects the economies of the world, and our revenues are no exception. At the same time, we must continue to invest in diversification of the economy through an intelligent and thoughtful investment in areas we consider an asset to Timor-Leste.

Therefore, the draft State Budget for 2016 has to resort to withdrawing more than the Estimated Sustainable Income in order to give continuity to the development strategy and investment in infrastructure to provide the country's economic growth and the improvement of conditions of life of the population.

Excellency,

The Infrastructure Fund was created to implement multi-annual projects that have been developed to meet the country's needs by creating, in all municipalities, conditions to enhance economic diversification.

We also know that there is no national development without giving rise to road access, so we continue with the enlargement program and recovery of the road network. A comprehensive, quality road network will ensure equity in national development and facilitate the transport of goods, allowing for better provision of public services and promoting agriculture and private sector growth.

Thinking about the development of the country is also thinking in projects such as the Tasi Mane, which will be the embryo of the oil industry of Timor-Leste and ensuring the necessary infrastructure to support this growing national industry.

Projects such as the construction and improvement of airports across the country, are thought to meet future demand for air traffic, airport operations support and respond to the development of the tourism industry. Development of Ports program, in particular the port of Tibar, the rehabilitation of the port of Dili and regional ports, it is also essential to allow the import and export of goods and basic equipment to the construction of major infrastructure and strengthening our economy.

It deserves, also, our investment focus to continue the Water and Sanitation Program, which includes the drainage plan for Dili, whose benefit is across the areas of health, education, environment and poverty reduction and essential to reduce the number of disease, increasing the quality of life.

The state also has the obligation to provide the country with goods and services that not only sustain our development, as do so comprehensively.

It should be noted that large investments, such as what was done in the national electrification, were drivers of development, improvement of living conditions and economic growth. Our continued investment in this sector has allowed Timor-Leste to make great progress in the generation and distribution of electricity. In 2007, only 22% of households had access to electricity, in 2014 the number of households with access to electricity increased to about 71%. In addition, the ability to generate energy has increased more than 130% from 110 megawatts in 2010 to the current 256 megawatts.

In this sense, the fuel and maintenance of electricity generators is crucial to continue the power supply to the entire country and is the cornerstone of the efforts of the Government concerning economic development, benefiting citizens but also enhancing the development of companies and industries.

The state also is committed, together with development partners, to carry out projects that boost economic growth and reduce poverty, it is essential the contribution of these assumptions.

Our inclusive development cannot neglect the crucial investment in the school lunch program in public schools. Providing children and young students a proper and balanced diet will be reflected in improved

results and, above all, on their health. Thus, we will continue to support local products and the domestic rice production but also imports of rice, contributing to the food security of the population.

Another of our concerns is the need to ensure appropriate medicines and food to our patients. These are essential to improving the quality of health services in the country.

The continued support of the social sector is a sine qua non for strengthening the people and thus strengthening the nation. Therefore, it is necessary to continue the programs that represent a significant improvement in people's living conditions, so that the public transfers take a central role here.

The development of the Special Administrative Region of Oecussi Ambeno and the creation of the Special Social Market Economy Zone of Oecussi Ambeno and Atauro are examples of integrated development projects where it is crucial to bet. The construction of basic infrastructure, ports, roads and the continuation of airport construction projects are not only will benefit the population but also will develop the economic potential of the region.

On the other hand, it is important to continue to contribute significantly to rural development through the National Program of Suco Development (PNDS), which has and will continue to have an undeniable impact on the population.

Also the social programs we support, contribute to poverty reduction and social justice, which include commitments to our veterans and the treatment of their diseases, the elderly, pension for the disabled, support through the Bolsa da Mãe and also the victims of natural disasters.

Still on the road to a better provision of services to the population, we know we have to support necessary treatment abroad but also, and above all, the development of the conditions of the local health infrastructure, as the new cardiovascular center, strengthening of laboratory services, subsidies to private clinics, supporting public health activities, the community health services integrated with SISKA and recently introduced Family and Health program.

We are aware of the need for growth and development of the country and the Timorese people and we know that, to attract investors and investments and investment the revenues of our natural resources, in the certainty that there is no better wager than human capital.

Developing human resources is not only an invaluable return on investment for the country's growth and makes us more competitive. The Human Capital Development Fund has been a huge support to the training of many Timorese who are already today active part in various areas as an important pillar of our development.

We are also starting the implementation of strategic reforms to continue to advance to the next stage of development. Thus, Reform and Economic Development for the period 2016-2017, covering five pillars - the sectors of oil and gas, agriculture, fisheries, tourism and manufacturing industry - will feature six specific reforms, namely: the regulation of land and property, the development of economic infrastructure, labor regulation and development of the workforce, the business environment, tax reform, private investment scheme, reform and private sector development.

These reforms will invigorate the implementation of structural economic measures under each of the priority areas identified in the VI Government Program and the Strategic Development Plan and will contribute to reversing the current paradigm of public economic funding for a private funding model, as an essential lever economic development of Timor-Leste through 2030.

More specifically, the Tax Reform - covering the revenue and expenditure policies, public financial management systems, tax and customs administration, monitoring for results with a special focus on providing services and human resources - will us allow to increase state revenues. These reforms will have repercussions that will unquestionably benefit the future of Timor-Leste.

Letter from Prime Minister to Parliament justifying withdrawing more than the Estimated Sustainable Income from the Petroleum Fund in the 2016 State Budget. Unofficial rough translation by La'o Hamutuk

Excellency,

On the other hand, we must also monitor and know take advantage of globalization and the fact that we are today, with great pride, a country recognized as a success in several international fora. To this has contributed, among others, our commitment to try to achieve goals as difficult as the Millennium Development Goals and our commitment, most recently, the adoption of the Sustainable Development Goals.

We have helped the fragile countries of the g7+ in state-building and peace, successfully supporting Guinea-Bissau in its electoral process, and we support Sao Tome and Principe, also contributing to the political stability of a brother country. We also want to continue the legacy of the Presidency of the CPLP with the same momentum and success we have achieved so far.

All this policy of continuity of investment, reflected in the State Budget for 2016 and to submit for approval of the National Parliament, will allow Timor-Leste to reach another level of development, not only in terms of infrastructure and social indicators, in will lead to a country of medium-high income.

Finally, with the "Report to the estimate of the amount that will be the Estimated Sustainable Income subsequent budgetary exercises for power transfer from the amount Petroleum Fund exceeds the Estimated Sustainable Income", thus fulfilling the legal requirement of Article 9(b) of the Petroleum Fund Law, as well as the "Independent Auditor's Report certifying the reduction of the estimated sustainable income estimates", as prescribed in paragraph c) of that Article.

Accept, Excellency, the testimony of my highest consideration.

/s/

Dr. Rui Maria de Araujo

Prime Minister